



1

ATA DA 6ª (SEXTA)

2

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO

3

MEIO AMBIENTE - COMDEMA DE SÃO CARLOS

4

Ao dia vinte e dois do mês agosto de dois mil e vinte e quatro, a partir das 18

5

horas, reuniram-se no Auditório do Paço Municipal os seguintes conselheiros

6

para a 6ª Reunião Extraordinária do COMDEMA:

7

▪ José Wamberto Zanquim Junior/SMMADS

8

▪ Robson Parzanes/SMMADS

9

▪ Gustavo Braga/SMMADS

10

▪ André Luis Fiorentino/SMH DU

11

▪ Fernando Souza Soares/SMH DU

12

▪ Vanderlei Gomes Gimenes/ SMS

13

▪ Leonardo Lazaro Silva/SMOP

14

▪ Talita Ferrarini/SMSP

15

▪ Rebecca Greco Barbosa - SMAA

16

▪ Silmara Sierra/SME

17

▪ Pedro Fernando Caballero Campos/Defesa Civil

18

▪ Fabiano Augusto Rizzo Couto/ SAAE

19

▪ Sebastião Carlos Batista /SMTT

20

▪ Anselmo José de Oliveira Campos/PROHAB

21

▪ Sandra Aparecida Santos/ EMBRAPA

22

▪ Juliano Costa Gonçalves/UFSCar

23

▪ Rhennan Mecca Bontempi/Entidades Ambientalistas

24

▪ Paulo Penalva Mancini/Entidades Ambientalistas

25

▪ Rita Cristina Ferreira/Associações Moradores de Bairro

26

▪ Érico Masiero/Associações Moradores de Bairro

27

▪ Rafael Pereira Alexandre/Associações Moradores de Bairro

28

▪ Laert Rigo Junior/AEASC

29

▪ Daniel Gonçalves da Fonseca/CRBio

30

▪ Walter Alberto Alarcon Monzon / APA Corumbataí e Piracicaba

31



32 **1. INFORMES GERAIS**

33 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR:** Pessoal, boa noite.
34 Quero agradecer a presença de todos. Gostaria de informar que temos três
35 pontos de pauta, sendo: 1) Plano de Ocupação da Bacia da Água Quente, para
36 esse gostaria de informar que até o momento não existe um plano de ocupação
37 definido e pronto. Depois eu vou esclarecer para vocês, foi criada essa
38 necessidade do plano, no ano de 2021, junto ao anterior secretário e o
39 COMDEMA e até agora esse plano não saiu. E aí a gente precisa voltar ao
40 COMDEMA para discutir sobre a necessidade e vigência desse plano. Sobre o
41 Plano de Ocupação da Bacia da Água Quente, a gente tem dados atualizados
42 também para apresentar para vocês. 2) Processo da mineradora Migliatto em
43 APREM, e 3) É a apresentação de uma usina fotovoltaica, que é um
44 empreendimento novo no Município e que os técnicos pediram da Secretaria do
45 Meio Ambiente para passar pelo COMDEMA para ver se alguém tem alguma
46 deliberação ou questionamento. Então são esses três pontos que a gente vai
47 apreciar nessa sexta reunião extraordinária. Cumprindo aí com o nosso
48 protocolo, alguém tem alguma informação inicial que gostaria de passar aos
49 outros conselheiros, os demais conselheiros? Ou a gente já pode dar sequência
50 e já pode pedir para o pessoal da mineradora começar a exposição? Então, eu
51 vou passar a palavra para o Aldo que é o advogado da mineradora e vai expor
52 pra vocês algumas coisas sobre o processo, o procedimento.

53 **MANIFESTAÇÃO SOBRE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM APREM**
54 **(PROCESSO 12181/2023) - MINERADORA MIGLIATTO**



55 **SR. ALDO (MINERADORA):** Boa noite a todos, muito obrigado secretários aqui
56 e a todos os presentes. Nós estamos aqui hoje para pleitear 0,8 hectares de
57 supressão de uma vegetação localizada dentro de uma poligonal outorgada em
58 1991 pela empresa Migliatto. A empresa Migliatto exerce atividade de extração
59 de arenitos silicificados, é um material inerte, não polui, não contamina, que são
60 aquelas pedrinhas de calçada mosaico português. A empresa atualmente gera
61 60 empregos diretos e na cadeia da mineração, cada emprego na mineração
62 desencadeia 10 ao longo da cadeia produtiva. Embora a área esteja dentro de
63 uma APA, dentro da APREM, a propriedade possui 79 hectares e 88% já é de
64 vegetação. Então nós consideramos que esse 0,8 hectares que pode prolongar
65 a vida da empresa por uns 10, 12 anos, seja definido pelos senhores para
66 manutenção da empresa, dos empregos, e prolongar a vida da empresa.
67 Naquela área não vai ter um prejuízo, porque vai ser compensado quatro vezes
68 esses 0,8 hectares. Então a gente observa que vai ter um ganho de proteção da
69 área de APREM quatro vezes mais do que está sendo pleiteado. A parte que me
70 cabe, a parte legal, eu juntei um parecer que demonstra que a atividade de
71 mineração era considerada de utilidade pública e interesse social pela
72 Constituição Federal. Aí, vindo para as leis infraconstitucionais, nós temos o
73 Código, o mais regulatório do Código de Mineração, que também contempla a
74 atividade de mineração como utilidade pública em interesse social. O próprio
75 Código Florestal de 2012 também contempla a atividade de mineração como
76 utilidade pública em interesse social. O Código Civil, além do Cerrado, também
77 permite a atividade de mineração devido à rigidez locacional, que o minério se
78 forma ao longo dos milhões de anos. Então é ali que existe o minério, não existe
79 outra alternativa a não ser explorar onde existe o minério. E a lei da APREM



80 também, no artigo III, quando ela foi promulgada, ela proíbe novas atividades de
81 empreendimentos de mineração. Mas o artigo 32, ele traz uma exceção, que
82 todos os empreendimentos que estão localizados e já estavam funcionando
83 anterior à lei, desde que apresente todos os laudos, todos os estudos que
84 comprovam que não há, não provoca danos, não há contaminação, é permitido
85 a manutenção da atividade. Então para a empresa poder continuar exercendo
86 regularmente a sua atividade, ela depende desses 0,8 hectares a ser suprimido
87 para que ela possa exercer a extração e futuramente a recuperação, que já vem
88 sendo feita ao longo dos anos, concomitantemente com toda a atividade da
89 empresa. Agora eu vou passar para o nosso colega, aquele engenheiro de
90 Minas, ele é Geólogo, para explicar com mais detalhes a forma como funciona
91 essa questão da empresa dentro dessa área de proteção. E tudo o que envolve
92 o entorno, para que possamos chegar a obter o parecer favorável dos senhores
93 para a manutenção dessa empresa que está em São Carlos há mais de 100
94 anos, e exercendo essa atividade há mais de 50 anos. Muito obrigado, senhores,
95 Rene, agora é com você

96 **SR. RENE (MINERADORA):** Oi, tudo bem? Boa noite. Tenho a responsabilidade
97 técnica nas atividades da empresa, tanto da parte documental quanto da parte
98 da extração. E como o Zanquim disse, está pleiteando aí um módulo de lavra
99 junto a CETESB, e esse módulo vai envolver a supressão de 0,8 hectares, e a
100 CETESB, no processo administrativo dela, ela pede o parecer do COMDEMA -
101 Conselho Municipal. Então, é isso que eu vou apresentar, vim aqui para tentar
102 desmistificar um pouquinho o que é atividade de mineração, porque como eu sou
103 de Piracicaba, lá não é uma região de mineração, então o optou-se por São
104 Carlos. Então, às vezes as pessoas têm ideia errônea de mineração, pensam na



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

105 degradação, aqueles grandes caminhões, escavadeira, destruição, Brumadinho,
106 Mariana. O que o pessoal do Migliatto faz hoje é uma atividade totalmente
107 artesanal, 99% manual, é a quebra de pedras com marreta, para fazer a
108 calçadinha portuguesa através do arenito. Então, eu vou explicar um pouquinho
109 tecnicamente para que todo mundo possa entender o que é a atividade da
110 pedreira. Aí está uma foto, é de 1948, que foi quando o avô do João que está
111 aqui começou a atividade lá, ele tinha uma carroça e três mulas, para poder
112 quebrar na mão e puxar o material, e descer o material. Isso dentro da
113 propriedade deles, que é o sítio São João, para que vocês tenham a noção que
114 a atividade já está aí há muitos anos, estão lá vivendo disso, passando de
115 geração em geração, são 60 famílias lá que hoje vivem daquilo, que trabalham
116 naquilo, e vai passando de pai para filho e vão se passando dessa maneira. E
117 quem está nesse ramo só sabe viver disso, eles não têm a outra, eles se
118 acostumam nessa profissão. Então, ali eu peguei o cartão CNPJ da empresa,
119 mostrando lá a data de abertura, 1994, foi quando eles abriram, registraram,
120 começaram a fazer o trabalho de maneira empresarial, vamos falar dessa forma.
121 Pode passar por gentileza. E aí tem dois slides que é texto, e eu vou ser obrigado
122 a ler por uma questão de posicionar. Como o doutor falou aqui, uma das coisas
123 principais que a gente tem que entender é que a mineração tem uma
124 característica diferente, ela tem uma rigidez locacional, a jazida ela está onde
125 ela está, não é uma empresa qualquer que eu possa montar um barracão aqui
126 ou ali, onde seja industrial ou o que seja. A mineração ela tem que ser explorada
127 em uma jazida, para todos nós podermos usufruir daquilo, seja um bem mineral,
128 inclusive poder fazer a calçada na nossa casa com pedrinha portuguesa, e o
129 arenito está ali, foi Deus que colocou ele ali, é uma ocorrência geológica, então



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

130 a empresa ela só perpetua se ela estiver naquele lugar, ela não tem como sair
131 dali. Então eu vou falar de interesse nacional, o que é? A Constituição Federal
132 ela põe no artigo 176, apesar de ser engenheiro eu vou falar de lei, se eu estiver
133 errado o doutor se me corrige, e vou ler inteiro para todo mundo se situar, as
134 jazidas, em lavra ou não, em demais recursos minerais e os potenciais de
135 energia hidráulica, constituem propriedade distinta do solo, ou seja, a superfície
136 é uma coisa e o que está abaixo, o jazimento é uma outra coisa, para efeitos de
137 exploração e aproveitamento e pertencem à união, então não é de ninguém, é
138 da união, qualquer jazimento que seja, garantida ao concessionário, que no caso
139 é a pedreira Migliatto, a propriedade do produto da lavra. Aí no parágrafo primeiro
140 diz, a pesquisa e a lavra de recursos minerais, o aproveitamento dos potenciais
141 a que se referem no caso desse ativo, realmente poderão ser efetuados,
142 mediante autorização ou concessão da união, o título que a pedreira já tem
143 desde 99 e depois 2004, quando teve a portaria de lavra federal, no interesse
144 nacional, esse é o principal ponto que a gente tem que se atender, por brasileiros
145 ou empresas constituídas sob as leis brasileiras, a Migliatto está totalmente
146 licenciada e que tem a sua sede administrativa no país na forma da lei. E eu
147 destaquei aqui o interesse nacional, e interesse nacional é o que? É daquelas
148 expressões que contêm núcleo de sentido fortíssimo, intuitivo, é o que interessa
149 ao país e ao seu povo. O melhor sentido da expressão interesse nacional no
150 contexto da Constituição e de sua utilidade pública é que a mineração deve ser
151 tratada como assunto de interesse nacional. Falando nos direitos minerários, ela
152 é a detentora do processo minerário, está um número lá, número 820, total de
153 1999, aqui o direito minerário é um polígono, é um polígono que é concebido a
154 empresa e a empresa pode extrair dentro desse polígono, então a gente



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

155 consegue ver as áreas de extração, a área de escritório e tal, onde contempla a
156 expansão. E aqui do lado eu coloquei a publicação do diário oficial referente à
157 Portaria de lavra, então está lá, Portaria 198 de julho de 2004. Essa é um estudo
158 que a gente fez recentemente, fizemos o sobrevoo com drone para levantamento
159 correto da topografia e alocação da poligonal, então como vocês podem ver toda
160 a propriedade é da milhares, 70 e poucos hectares e as áreas de lavra. Hoje a
161 gente trabalha em duas frentes principais, a cava norte que é aquela cava lá de
162 cima e essa cava que a gente chama de cava sul, são duas explorações em
163 separados por conta da qualidade da pedra. Quanto a CETESB, a empresa tem
164 a licença vigente, está ali, ela foi outorgada em janeiro de 2024 e tem validade
165 até 2028, então ela opera de forma totalmente legal e desde 2011, se a gente
166 olhar aqui no sistema da CETESB, a primeira licença está ali, a primeira licença
167 de operação emitida em 2002, então a empresa trabalha corretamente, sempre
168 foi tendo a renovação das licenças adequadas, a primeira licença de operação
169 está aqui, ela é de 2002, depois disso ela tem validade de 4 anos, foi sendo
170 pedido a renovação e a CETESB nunca negou, ela sempre cumpriu tudo que
171 foi preciso, então está tranquilo em relação a CETESB. Então aqui um
172 detalhamento para vocês entenderem a situação que a gente vive hoje, a gente
173 tem essa cava norte que é uma exploração, esse é o módulo atual da CETESB
174 e a cava sul, na verdade a gente precisa de uma expansão de 0,8 hectares para
175 cá, para onde a rocha está prosseguindo, e também futuramente essa cava nós
176 vamos emendar uma com a outra, só que o que acontece, o tanto que a gente
177 avança para esse lado, com o próprio material de cima, a gente recupera atrás,
178 é um processo de lavra que chama lavra em tiras, a gente extrai, faz o
179 decapeamento do material que não é aproveitado, que é a pedra que o cliente



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

180 não quer, que as pessoas não aceitam no mercado, dá o tom para trás, recupera
181 ambientalmente isso aí e vem andando, então a extração, a exploração é o termo
182 correto, ela ocorre concomitantemente com a reparação ambiental, então à
183 medida que a gente avança um hectare, a gente recupera quatro vezes mais.
184 Para vocês entenderem, poder visualizar o que é, quais são os produtos que a
185 pedreira gera, está aqui, pedra, esse é o arenito, arenito amarelo, para
186 calçadinha portuguesa, e esse é o arenito quebrado, então fica lá um funcionário
187 quebrando essas pedras o dia inteiro para fazer a pedrinha da calçada, ele fica
188 embaixo dessa tenda aqui, batendo com uma luva de borracha, para evitar
189 vibração, todos os equipamentos de segurança necessários, e aí o que não é
190 aproveitável desse material é o rejeito, o que é o rejeito? É a mesma rocha que
191 estava lá no solo que quebrou, porém virou lasca, a gente não é aproveitável,
192 quem tem calçada portuguesa sabe, a gente tem a amarelinha e tem a
193 vermelhinha, então esse material é o que é jogado para trás, a gente faz o
194 trabalho topográfico e a recuperação ambiental em cima disso, põe uma camada
195 de solo orgânico para poder nutrir bem o que vier de plantio e recuperar, então
196 é isso, não tem produto químico, não tem nada, é um processo estritamente
197 físico de classificação, e aqui o porquê da gente expandir, o porquê da gente não
198 fazer uma cava profunda, igual se vê por aí cavas com bancadas e tal, a questão
199 do arenito nosso da região aqui, ele é uma formação sedimentar, vou explicar
200 um pouquinho só para vocês terem uma noção, são camadas com espessura
201 definida, porém com extensões laterais, então ele tem uma espessura definida
202 e aí embaixo não tem nada, então o avanço da lavra tem que ser no sentido do
203 corpo, aí com o tempo, milhões e milhões de anos o material sedimenta, aí ele
204 passa por um processo pelas placas tectônicas, a gente vai entrar numa coisa



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

205 técnica, mas para entender ele se movimenta, ele forma os acabamentos, os
206 mergulhos, aí forma as montanhas e tal, o material da montanha é erodido e aí
207 nos próximos milhões e milhões de anos forma uma outra sedimentação por
208 cima do que já foi sedimentado e movimentado formando o arenito, e aqui está
209 uma foto da nossa frente de lavra lá da Cava Norte, então aqui a gente consegue
210 ver o pacote do arenito que é a pedra, pessoal gosta muito dessa porque parece
211 um doce de leite, então eles acham que dá um acabamento maravilhoso na
212 calçada, pelo tempo, pela chuva, pelo calor, por milhões e milhões de anos, aí a
213 gente chega no pacote rochoso, que é isso aqui, daqui para baixo a gente não
214 consegue afundar, então a jazida ela tem que vida útil, a gente precisa, no caso
215 ele não está oriental, ele está para cá, então a gente precisa ir seguindo esse
216 corpo para poder continuar, aqui é uma frente de lavra da Cava Sul, então em
217 cima tem a vegetação, e como vocês podem ver está bem minguada, vamos
218 falar assim, o material todo que a gente precisa fazer é o decapeamento, jogar
219 para trás para a recuperação ambiental, e aqui o pacote da rocha para a
220 exploração, para continuar a jazida, e aqui está o funcionário responsável pelo
221 desmonte dessa rocha, e aí ele extrai para mandar para o pessoal que picota.
222 Outras três fotos, aqui a mesma coisa, pacote da rocha vermelha é o material
223 que a gente tira fora, aqui o material estérreo que já está vindo para a recuperação
224 ambiental, aqui uma outra frente com a rocha, material estérreo, o processo
225 totalmente artesanal, nessa aqui dá para ver melhor, então tem todo o material
226 que sai da rocha e eles picotam em blocos aqui na própria praça, antes de
227 mandar lá para baixo, não tem máquina, o máximo que tem de máquina é uma
228 carregadeira e um caminhão para poder, porque o funcionário pode levantar só
229 até 23 kg, então a gente tem a necessidade desse maquinário, mas basicamente



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

230 isso daí. E aqui eu vou explicar um pouquinho do que é a lavra, o método de
231 lavra que a gente aplica, que é a lavra em tiras, então eu vou do A, B, C e D, são
232 as etapas, se abre uma primeira frente, o pretinho aqui, o marronzinho, cinza, é
233 o minério, a rocha que a gente quer em cima, então a gente abre uma frente,
234 pega esse material, reserva ele aqui para uma futura recuperação ambiental e
235 tira o material, aí na próxima etapa o que a gente faz, a gente vai abrir um painel
236 do lado e o que tirar em cima a gente joga para trás, e vai andando
237 sucessivamente, tira aqui e joga para trás, tira aqui e joga para trás, e ainda tem
238 a mesma coisa, então à medida que vai avançando, a gente vai jogando o
239 material e vai recuperando a topografia e a vegetação. E aqui são exemplos de
240 plantios de áreas de mineração, como é que funciona, são áreas recuperadas,
241 como um plantio aí TCRA, assinado com a CETESB, eles acompanham, tem
242 que ter relatório de acompanhamento das mudas, como é que fica aqui já uma
243 área recuperada, e aqui um plantio, estágio inicial, e aqui o mesmo plantio, o
244 plantio também estágio avançado. Foi passado para a gente a questão de um
245 termo de referência para lá, o hidrogeológico, isso a gente já fez em 2010,
246 através de um hidrogeólogo, que é uma área específica de hidrogeologia, de
247 Araraquara, que é a RDB, ele é o senhor Flávio, e permitiram estimar os danos
248 aos recursos hídricos decorrendo da atividade de extração de arenito
249 estratificado para o emprego em construção civil, as perdas hídricas ocorreram
250 em razão da eliminação do solo, que regula o volume transiente de água,
251 responsável pela sustentação do escoamento de base da bacia, em razão da
252 pequena área que será afetada pela extração mineral, a época era um 0,56, hoje
253 a gente está falando de 0,8, essas perdas foram estimadas em tanto e tanto
254 correspondente a 0,11% do escoamento da bacia, de 5 km², onde se localizar no



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

255 empreendimento, observe que essa perda aí representa a pequena parcela do
256 escoamento da base, que vai ser transformada em escoamento superficial, por
257 outro lado a extração do minério em si, não afeta nem o armazenamento
258 subterrâneo, ou seja, o aquífero embaixo, nem o escoamento superficial, a
259 implantação de sistemas de drenagem e de decantação de sólidos, que o que
260 empresa tem, para conter o carregamento de material particulado por curso
261 hídrico, impede o carregamento de sedimentos pelas águas pluviais, evitando o
262 assoreamento, a diminuição da vazão e a poluição dos cursos de águas
263 superficiais, as transformações ambientais decorrentes da atividade extrativista
264 do empreendimento, constituem fase transitória, porque a jazida se movimenta,
265 como eu mostrei, cuja duração depende do volume de minério existente, ou seja,
266 da vida útil, do quanto que tem ainda para ser explorado, com quantidades
267 anuais extraídas. Ao término da exploração, deverá ser implementado
268 integralmente o plano de recomposição das áreas degradadas. A partir daí, as
269 condições iniciais do escoamento da superfície serão restabelecidas. Geólogo,
270 doutor, Flávio de Paulo e Silva. E aí, para comprovar isso, o que a gente faz? A
271 empresa tem um poço que ela usa para um poço, usa um recurso hídrico ali para
272 consumo, para outras atividades, e mensalmente é feita análise. Então, o
273 químico que só cuida disso, e mensalmente é feita análise para ver se ela
274 impacta mesmo ali a 100, 150 metros de profundidade, o aquífero. E coliformes,
275 os outros parâmetros aqui, cor aparente, PH, cloro residual, tudo dentro da
276 normalidade, tanto que é usado para o consumo de todos ali. Então, isso mais
277 que eu queria explicar. E as considerações no final, só para recapitular
278 rapidamente, mineração e interesse nacional, atividade é totalmente licenciada
279 perante os órgãos, ela é artesanal de pequena escala, ela gera 60 empregos



280 direto e 600 empregos indiretos. A característica geológica, a rigidez locacional,
281 ela produzia, tem que andar, o método de lavra favorece a recuperação
282 ambiental, que é feita concomitantemente com a lavra e o impacto mínimo ou
283 quase nulo no manancial hídrico. Só para explanar. Bom, e aí em questão de
284 vegetação, se alguém tiver alguma dúvida ou quiser esclarecer alguma coisa, a
285 Dra. Janeth, bióloga está aqui à disposição, ela fez um belíssimo trabalho ali e
286 essa parte técnica eu passo para ela se alguém quiser saber um pouquinho mais,
287 tá bom?

288 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR:** Bom, obrigado
289 Rene. Então, só para esclarecer, porque que a gente está aqui, né? Trazendo
290 esse tema. Eles pediram autorização de supressão junto a CETESB. A CETESB
291 pede que estando em área de APREM, que o COMDEMA se manifeste, favorável
292 ou não favorável, quanto a supressão de 0,86 hectares, tá? E aí depois, então
293 ali o item 2, isso é um documento que foi encaminhado pela CETESB para que
294 a gente trouxesse para vocês. O item 2 diz, *“Considerando a localização do*
295 *empreendimento em áreas de proteção de recuperação de mananciais e áreas*
296 *de proteção ambiental, apresentar cópia do parecer do Conselho Municipal de*
297 *Defesa do Meio Ambiente COMDEMA relativo ao empreendimento em questão*
298 *no tocante à solicitação de supressão de 0,86 hectares de vegetação nativa para*
299 *fins de expansão de lavra”*, tá? É esse o ponto que a gente trouxe aqui para que
300 seja deliberado sobre a possibilidade ou não, se o COMDEMA é favorável ou
301 não favorável, a essa supressão. Lembrando que a CETESB é quem vai
302 autorizar, o TCRA vai ser firmado com a CETESB, tá? E normalmente a
303 proporção é de 1 para 4, então de 0,86 hectares, 4 vezes mais terá que ser
304 recuperado, ok? Alguém tem alguma pergunta, algum comentário, alguma



305 dúvida? Paulo Mancini? Só vou pedir para, quando vocês forem falar, fala o
306 nome primeiro, porque na hora de transcrever a Ata, fica difícil a gente identificar
307 as vozes, tá bom?

308 **SR.PAULO PENALVA MANCINI** : muito boa noite a todos e a todas. Quero
309 inicialmente cumprimentar os representantes da Pedreira Migliatto e a
310 apresentação também, né? E manifestar algumas dúvidas e curiosidades. Eu
311 não peguei inteiramente a exposição, cheguei um pouco atrasado, então me
312 desculpe se alguma pergunta já foi respondida pela própria exposição. A primeira
313 é se a compensação é feita na própria área ou em outra área.

314 **SR. ALDO (MINERADORA)**: na própria área, no entorno, perfeito.

315 **SR.PAULO PENALVA MANCINI** :A segunda é mais curiosidade, o PRAD, que
316 é o Programa de Recuperação Área Degradada, ele é monitorado, fiscalizado,
317 na realidade fiscalizado pelo Estado por que órgão? A CETESB, o IBAMA, o
318 PRAD, não o TCRA fiscalizado com a CETESB, TCRA é com a CETESB mesmo,
319 mas o PRAD.

320 **SR. ALDO (MINERADORA)**: Boa noite Paulo, o PRAD ele é apresentado e tem
321 que ser aprovado pela Agência Nacional de Mineração. Ele é condicionado à
322 aprovação desse documento, que é um instrumento que obriga a empresa a
323 recuperar a área. Mas a fiscalização anual é feita pela CETESB quando é
324 solicitada a renovação da licença, onde os técnicos vão à área e analisam se o
325 PRAD está realmente sendo implementado.

326 **SR.PAULO PENALVA MANCINI** : Perfeito, legal. A outra curiosidade é que eu
327 me surpreendi quando quem apresentou falou que a primeira licença de



328 operação é de 2002, mas eu sempre pensei que a Pedreira Migliatto fosse bem
329 mais antiga, então a pergunta é, ela efetivamente opera desde quando?

330 **SR. ALDO (MINERADORA):** Efetivamente ela opera desde 1991, com as
331 licenças da portaria de lavra. Por isso a empresa está lá há mais de 50 anos.

332 **SR. PAULO PENALVA MANCINI** É isso que eu achei curioso, porque pela
333 apresentação parece que ela começou a operar em 2002. É porque uma
334 empresa começa a operar e depois recebe a licença de operação. E essa história
335 eu acho que é muito importante a gente ter, porque eu gosto de história. Por isso
336 eu gosto de São Carlos, gosto de história e aprendi muito às vezes que eu estive
337 visitando lá.

338 **SR. ALDO (MINERADORA):** O interessante, Paulo, é que ela está lá extraindo
339 há 50 anos e nunca modificou a qualidade e o volume da água do Ribeirão
340 Feijão, que é essa área de APREM, Lei do Manancial, ela foi criada para proteger
341 as águas. Então ela está lá há mais de 50 anos, nunca poluiu e nunca diminuiu
342 a qualidade e o volume dessas águas. Mas como a legislação é excetiva na
343 proteção do meio ambiente e a empresa Migliatto sempre obteve todas as
344 licenças e agora necessita de 0,8 no entorno, o pessoal pode observar que 80%
345 da área, até mais um pouco, ela é de vegetação, porque além da empresa
346 efetivamente cumprir o PRAD, a atividade é artesanal. Então a gente tem a
347 consciência e a concepção de que esse 0,8 é praticamente insignificante dentro
348 da área total da proteção do manancial. E nós observamos que com a
349 compensação, quatro vezes mais, já vai ser colocado um ganho que a área do
350 manancial nunca mais vai perder dentro da propriedade, porque a propriedade
351 tem 25 hectares preparados para esse tipo de compensação dentro da



352 propriedade e quem analisa e acompanha e faz todo esse acompanhamento é
353 a nossa bióloga de Janeth que está aqui.

354 **SR. PAULO PENALVA MANCINI** : Só para recordar muito rapidamente para os
355 membros do COMDEMA, quando a Lei da APREM foi aprovada, ela estabeleceu
356 a proibição de atividade minerária nas APREM e deu um prazo de quatro anos
357 para as atividades irregulares existentes se regularizar. Portanto, as pedreiras
358 que existem na região tem quatro anos para se regularizar, como era a
359 propriedade de atividade minerária, se regularizar deveria parar. E aí nós fizemos
360 um processo todo dentro do COMDEMA para fazer uma revisão da lei aprovada
361 em base nisso que o companheiro falou. APREM visa proteger os recursos e
362 também deu um impacto que eu coloco sobre os recursos e a partir daí então
363 foram feitos os laudos e o COMDEMA então aprovou a revisão da lei e foi
364 enviado para a Câmara uma solicitação de revisão e aí essas atividades
365 minerárias e apenas essas foram permitidas. Porque, por exemplo, mineração
366 de areia, já houve várias tentativas de instalação de mineração no Ribeirão
367 Feijão e foram indeferidas quando houve essas tentativas em função de ser
368 principal manancial, elas não são permitidas. Uma outra informação que eu acho
369 relevante para a gente é a estimativa que vocês têm a partir obviamente da
370 produção mineral atual e qual o tempo que existe ainda para lá e se existe uma
371 perspectiva que no futuro, quando o encerramento atividades minerárias, o que
372 pode ser feito na apropriação. Com isso, eu agradeço bastante, já adianto meu
373 voto a favor.

374 **SR. ALDO (MINERADORA)**: Uma perspectiva que dura mais de 15 anos sem
375 necessidade de qualquer pedido de supressão. A empresa, o ajuizamento dela



376 dentro da portaria de Lavra, ela possui uma capacidade de vida de mais de 50
377 anos, aí ela se encerra. A propriedade é como ela vem recuperando
378 concomitantemente com a portaria de Lavra. O uso que se dá posterior à
379 atividade mineral é qualquer uso de uma atividade normal agrícola. Pode ser
380 plantado eucalipto, pode ser plantado qualquer tipo de vegetação, pode
381 implementar gado, porque após a recuperação a área volta 100% no que ela era
382 devido à característica da substância, que é o arenito silicificado, que é a areia.
383 E a hora que é efetivamente cumprido o Prade, é o que o engenheiro de Minas
384 esclareceu, é feito uma camada orgânica e uma recuperação à área volta a
385 100% do que era para qualquer outro tipo de uso. E considerando que está
386 dentro de uma APREM, provavelmente a empresa vai fazer um uso que agrega
387 qualidade e potencial para a proteção do manancial, não é uma atividade que
388 possa causar ou gerar um impacto ambiental.

389 **SRA RITA FERREIRA** Boa noite a todos, meu nome é Rita Ferreira, e é só uma
390 curiosidade, mas você quase já respondeu. Eu queria entender como que nesse
391 mapa estariam as quatro vezes mais, porque eu vi o relatório, o relatório veio,
392 porque minha dúvida seria se haveria espaço físico para fazer essa
393 compensação, e em que tempo que isso vai ser feito. E em que tempo que isso
394 vai ser feito para poder fazer essa recuperação? Se tem um plano, se isso seja
395 feito imediatamente para compensação?

396 **SR. ALDO (MINERADORA):** A área de compensação, aqui é a área da empresa,
397 do sítio. Aqui é o recurso hídrico, é o riozinho que passa, aqui embaixo, onde
398 existe a APREM. Então a gente já tem toda essa área de APP preservada, as
399 faixas respeitadas, toda essa parte aqui, verde, mas claro, é a reserva legal,



400 porque a empresa cumpre 100% a função social da propriedade rural, além de
401 ser uma atividade empresarial. A frente de lavra é esse pedacinho aqui, na parte
402 norte, e esse pedacinho aqui na parte sul. Essa parte aqui é toda a vegetação
403 de compensação, então a compensação é imediata. Dentro da própria
404 propriedade da empresa, a mesma vegetação, a mesma bacia, a mesma
405 caracterização. E o PRAD, que aqui está modificado a cor, mas a recuperação
406 ela se dá concomitantemente com a extração. Então se a frente de lavra demora
407 10 anos para exaurir o minério, em 10 anos já vai se recuperando. E pelo que a
408 gente tem analisado lá, cada 3, 4 anos a vegetação onde foi efetivamente
409 cumprida o PRAD, ela já está em estágio avançado de regeneração. Acho que
410 era essa a sua resposta.

411 **SRA RITA FERREIRA** : Era essa a dúvida realmente que eu tinha para saber
412 como que é essa compensação. Essa área está toda com vegetação e vai ser
413 acrescentado, vai ser trabalhado. Isso é uma dúvida técnica que eu nem sei. Eu
414 preciso entender.

415 **SRA JANETH (MINERADORA)**: O que o Aldo disse é correto em relação ao
416 potencial de regeneração muito rápido. Também são muitos anos na pedreira.
417 Só que desse mapa, eu não sei se tem uma marquilha mais acima, tem aquele
418 triângulo entre os dois tons de verde, tem um tom meio amarelo, tem um
419 triângulo. Aí nós já delimitamos a área de 4 vezes mais a área que vai ser pedida
420 a supressão. É verdade. E aí no conjunto, no tempo, essa recuperação com o
421 concomitante que vai acontecendo, ela já vai agregando benefícios para o
422 próprio imóvel. No futuro, quando essa área já não tiver mais potencial de lavra,
423 já tem meio caminho andado para recuperação. E esse triângulo que eu



424 comentei já é vegetação reconstituída. Então, eles vão compensar uma
425 vegetação formada. Isso. Então, não é uma área que nós vamos recuperar tão
426 bem, ela já está recuperada. São as duas modalidades de compensação que
427 são previstas na lei.

428 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR:** Mais alguma
429 pergunta?

430 **SR. PAULO PENALVA MANCINI:** A curiosidade que eu tenho também, eu fiquei
431 muito surpreso quando fiz as visitas lá, da quantidade de rejeitos. E eu especulei
432 algumas possibilidades de utilização desses rejeitos. Inclusive, a mineração fazia
433 doações. Por enquanto, precisava, às vezes, para alguma erosão, alguma coisa
434 que a Prefeitura pudesse utilizar. Então, queria saber se houve avanços nesse
435 sentido de diminuir ou reutilizar esses rejeitos. E a outra curiosidade também,
436 que a gente sempre deve ter, quando se faz lavra nesses arenitos, é de eventuais
437 descobertas de vestígios fósseis nessa área, que sempre podem ocorrer. É isso,
438 muito agradecido

439 **SR. ALDO (MINERADORA):** Paulo, aquilo ali, são várias empresas, e são duas
440 com o mesmo nome Migliatto. Mas, se, efetivamente, foi essa que você está
441 sugerindo, ali existiu material de bota fora, que estava fazendo uma, por conta
442 da supressão de vegetação, a alternativa que concorreu à época, é fazer o
443 rebaixamento do piso. Então, foi rebaixado o piso e o material do bota fora
444 aumentou a quantidade. E realmente, a empresa doa muito para a Prefeitura
445 esse material para contenção dos rios, das margens da APP. Só que, como o
446 projeto do engenheiro de Minas chegou fazendo a exploração horizontal, todo
447 esse material já foi recolocado no lugar, foi estabilizado todos os saludes, e, na



448 profundidade, não interessa para a empresa, porque o objetivo dela é a pedra
449 amarela. A partir de uma certa cota de rebaixo, a pedra já começa a ficar
450 vermelha. Mas, durante 50 anos de exploração, nunca apareceu nenhum
451 material fóssil ou alguma coisa nesse sentido que chamou a atenção dos
452 proprietários.

453 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR:** Mais alguém?
454 Não? Podemos, então, colocar em deliberação. A questão é o parecer favorável
455 a supressão de 0,86 hectares para que seja enviado a CETESB para a CETESB
456 dar continuidade ao processo. Alguém tem alguma objeção a isso parecer
457 favorável? Não? Aprovado! Parecer favorável a supressão de 0,86 hectares de
458 vegetação nativa em área de aprenda para que o processo continue nos trâmites
459 junto a CETESB. Bom, então, encerrado esse primeiro ponto, o segundo ponto,
460 ponto também importante para a gente discutir.

461 **MANIFESTAÇÃO PLANO DE BACIA DE OCUPAÇÃO DA BACIA DO**
462 **CÓRREGO DO ÁGUA QUENTE**

463 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR:** Só para
464 contextualizar, em 2021, o Secretário da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente,
465 junto ao COMDEMA, entenderam pela necessidade de um plano de ocupação
466 para as áreas da bacia do Água Quente e também ali naquele momento ficou
467 decidido que diretrizes seriam encaminhadas para que isso viesse a acontecer.
468 Agora, na secretaria, no ano 2024, a gente tem algumas demandas, são na
469 verdade quatro processos que são anteriores a essa data e que estão
470 dependendo dessa situação para dar sequência ou não. Com base nisso, a
471 gente pediu para o nosso corpo técnico fazer uma atualização de como está a



472 ocupação da bacia do Córrego Água Quente, porque lá em 2021 nós podíamos
473 ter uma situação e hoje a gente tem essa situação retratada, onde resta para ser
474 ocupado menos de 40% da bacia. Existe, além disso, um projeto em fase de
475 termo de referência que foi feito pela Secretaria de Obras, salvo engano, está no
476 SAAE para ser feita uma licitação para recuperação e revitalização do Córrego
477 do Água Quente. E aí, diante dessa situação, como foi uma situação que foi
478 trazida pelo secretário à época, junto ao COMDEMA, não decorre de uma
479 obrigação legal por não estar na lei. Trouxemos novamente para que vocês,
480 conselheiros, analisem se há viabilidade ainda de ser feito um plano de ocupação
481 para essa área ou se eventualmente outros planos podem ser mais produtivos
482 ou até mais viáveis diante dessa ocupação. Uma ocupação de praticamente
483 60%, um pouquinho mais de 60% da área. Então essa é a situação de momento,
484 nós temos quatro processos que são anteriores a 2019 que estão em trâmite na
485 secretaria e um processo que foi solicitado em início de análise agora em 2024
486 e aí é a colocação para vocês sobre essa necessidade. Então seria essa a
487 colocação.

488 **SR. PAULO PENALVA MANCINI:** Bom, quando eu vi esse item na pauta, eu
489 fiquei perguntando, porque eu estava procurando também com Renan a
490 motivação. E aí a gente pensou, talvez seja o conteúdo que a gente tem com o
491 Ministério Público, e eu me lembro de quando a gente fez a revisão do plano
492 diretor em 2016, foi intensamente debatido a necessidade de um plano de uso
493 e ocupação do solo para fazer a expansão da cidade na zona sul da cidade.
494 Agora no plano diretor eu não lembro, e eu sinceramente não lembro se isso
495 consta no Plano Diretor ou não, por essa necessidade de haver a expansão na
496 área sul, existia um plano de ocupação do solo, que eu acho que do ponto de



497 vista ambiental é extremamente necessário, porque é a microbacia, até por suas
498 condições geológicas, que sofreu maior degradação aqui dentro do município de
499 São Carlos. E para a expansão a montante, é claro que você tem que planejar
500 muito bem essa ocupação. Por quê? E aí eu acho importante dizer, não é porque
501 uma bacia está toda ocupada que ela não precisa de um plano de ocupação.
502 Veja bem, é um plano de uso, ocupação e recuperação. Porque o que mais a
503 gente precisa ali é requalificação, recuperação, ver o que dá para fazer para
504 consertar, porque não é fácil, mas existem medidas, e nessa cidade com o curso
505 de engenharia ambiental, com o estudo de análise de regressão ambiental,
506 estaria um estudo, um caso, um estudo de caso e aplicação que é muito rico.
507 Agora, eu só acho que há absoluta necessidade, mas não de um plano de
508 ocupação da microbacia do água quente, mas do água quente e do água fria,
509 até porque forma um conjunto, tanto do ponto de vista ambiental, geofísico, como
510 social. Então, eu acho que se há alguma coisa que a gente pode complementar,
511 é a necessidade de ser um plano de ocupação das duas microbacias, água
512 quente e água fria.

513 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR:** Alguém mais tem
514 alguma colocação? Só respondendo, Paulo, no Plano Diretor só consta a
515 necessidade de um plano de ocupação para a Zona 6C, que é a área do Varjão,
516 que também é um plano que ainda não foi elaborado. De 2016, é que foi previsto,
517 até o momento a gente não tem elaboração desse plano.

518 **SR. WALTER ALBERTO ALARCON MONZON:** Eu lembro que há uns seis
519 anos atrás, o Tundisi, numa reunião do COMDEMA, falou que tinha alguns
520 empreendedores que tinha procurado ele para fazer. Naquela época, eu não



521 conhecia muito depois do que eu visitei lá, e ele dizia que ele ia exigir para esses
522 empreendedores que ajudassem ele a recuperar os corpos hídricos. Eu depois
523 não ouvi nunca mais falar sobre esse assunto, a não ser isso que você colocou
524 ali recentemente, mas eu acho que quem conhece aquilo lá, é uma área
525 tremendamente terrível que invadiu a chácara. É a chácara que perdeu o
526 galinheiro, perdeu um monte de coisa. E eu não acho necessidade de fazer uma
527 expansão nesse lugar aí. Eu acho que é uma grande piora, porque a
528 recuperação desse corpo é uma coisa muito difícil, muito difícil. A margem está
529 muito distante uma da outra. Eu acho que não é plano de expansão ou ocupação,
530 tem que ser um plano de recuperação do corpo hídrico e parar de fazer
531 empreendimento lá, eu acho que isso é o certo.

532 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR:** Ok, só reforçando,
533 existe esse termo de referência que está sendo feito pela secretaria de obras,
534 acho que o Leonardo pode só confirmar, porque isso lá é obra para a
535 recuperação do córrego, tá? Sim existe e está no SAAE para começar o
536 processo de licitação.

537 **SR. LAERT RIGO JUNIOR:** Essa área aí, de fato, o Plano Diretor fala que tem
538 que ter um plano de ocupação nas áreas 6C. Essa área não é 6C. Lembrando
539 do Plano Diretor, Paulo Mancini, a maior discussão não é nessa área. Talvez
540 sejam gravadas, é para ter gravado todas as conversas que nós tínhamos no
541 grupo gestor. A grande questão era mais na bacia do água fria, aquela área de
542 expansão, por uma questão do aquífero Guarani. Eu mesmo coloquei, em 2019,
543 que eu entendi que tem que ter um plano uso e de ocupação, mas que isso devia
544 ser colocado para os empreendedores. Se você já tem o conhecimento, os



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

545 empreendedores chegam e eles têm que melhorar os seus estudos naquela
546 área. E existe hoje a lei do EIV. A lei do EIV, que é para a área 6C, fala que pelo
547 menos em um quilômetro o EIV tem que ser melhorado, tem que abranger essa
548 área. Então, resguardando, eu acho que talvez a gente possa exigir que os EIVs
549 sejam melhor realizados. Uma outra coisa, existe um TAC. Como houve uma
550 época em que nunca havia tanto TAC. E esse TAC foi muito bem discutido entre
551 2018 e 2019 com o Ministério Público. E se a gente levantar, muita coisa foi feita.
552 Só que a Prefeitura, na ocasião, nunca apresentou nada. Sabe, o SAAE fazia e
553 não informava. Obras fazia. Então, dentro do TAC, tem alguma coisa na Obras,
554 que é para fazer umas escadas, se não me engano, para poder diminuir esse
555 impacto no água quente. Quanto aquelas chácaras, de fato, perderam. Esse rio,
556 vocês podem ver, está num solo arenoso, com uma base que você tem,
557 provavelmente, em algumas áreas de diabase. Então, esse meandro vai
558 correndo. As águas pluviais nunca foram cuidadas. Então, quando você não
559 cuida de nada, tudo tem que ir embora. É o caso muito grave no água quente,
560 pelo tipo de solo. Então, aquela área que as chácaras perderam, perderam, foi
561 o que? Manejo de água superficial. Então, se você recuperar na sua secretaria,
562 tem um trabalho sobre essa bacia, com vários apontamentos. Isso ocorreu até
563 junto da Prefeitura, que foi abastecendo a Promotoria. Então, acho que existe
564 uma área preocupante. A ocupação tem que ser tomada com cuidado. Como o
565 Walter falou, a gente tem que pensar na recuperação, mas não necessariamente
566 você impedir a ocupação. Tem áreas aí que você não deve ocupar. Todas
567 aquelas encostas, de forma alguma, você não tem nem como ocupar. Então, a
568 gente tem que dar uma pensada antes de falar não. Essa é uma posição da
569 AEASC.



570 **SR. ÉRICO MASIERO:**A minha dúvida se refere mais à questão dos
571 encaminhamentos, em relação a isso. É nítido que a gente não tem apenas um
572 problema ambiental. É nítido que a gente precisa também de uma questão de
573 infraestrutura para o local. A gente tem dois acessos, basicamente, a essa área.
574 E ocupar ela mais aí implica também em desenvolver ainda mais o sistema
575 viário. A gente já sabe que há pontos de estrangulamento. Atualmente, já temos
576 pontos de estrangulamento. Então, também é uma questão social bastante
577 importante que deve ser levada em consideração, que é a ocupação que é ali na
578 parte norte, que é no Jardim Gonzaga. Então, é onde tem uma grande
579 quantidade de nascentes que estão sobre risco. Embora ela não seja
580 exatamente o Jardim Gonzaga, ela não sai exatamente numa área de risco,
581 porque muita coisa já foi feita lá, mas é uma área extremamente frágil. E, por
582 algum motivo ou outro, essa área resolver a crescer mais ainda, a gente
583 certamente vai ter um perigo muito grande lá. Às vezes, quando a gente olha
584 esse mapa, tem algumas áreas que são relativamente planas, tem algumas
585 áreas que são íngremes, e que certamente saltam aos olhos que deveriam ser
586 ocupadas. Mas, eu acho que deveria fazer uma sugestão, então, na APA, e que
587 comporta justamente com o Paulo e com o Walter, né? Que se trata de uma
588 recuperação e que deverá envolver também o COMDUSC, e outras instituições
589 responsáveis pela infraestrutura.

590 **SR. DANIEL GONÇALVES DA FONSECA:** Boa noite a todos. Eu só queria
591 lembrar que uma das maiores fontes de investimento na infraestrutura, na
592 melhoria do entorno, vem justamente durante a implantação de novos
593 empreendimentos. É difícil o poder público ter recurso suficiente para poder
594 cuidar das áreas. Então, eu penso, assim como o Laert levantou, a partir do



695 momento que você tem um estudo de impacto de vizinhança ou de outros
696 estudos necessários para a área, durante a aprovação, é possível você
697 determinar quais áreas são passíveis de ocupação ou não, qual seria a melhor
698 forma para essa ocupação e qual a medida de contrapartida que seria viável
699 para a implantação correta daquele empreendimento, né? Então, isso, na
600 verdade, ao meu ver, seria uma ferramenta de melhoria da região e não um
601 impedimento, né? Óbvio que a pessoa quer investir na área, já que, de repente,
602 tem uma área ali e não quer perder aquela área, o que eu acho muito difícil a
603 gente fazer isso. Ah, não, vai ocupar a área e tal. A gente tem que pensar que
604 alguém é o proprietário da área e essa pessoa não pode ficar com esse passivo
605 para ela. Eu, pelo menos, se eu tivesse uma área dessa, não ia querer perder,
606 né? Então, a gente tem que levar isso em consideração, sim, ao meu ver, né?
607 Então, eu penso que a ocupação deve ser regrada, inclusive, por esse conselho
608 quando for passando a aprovação e a gente pegar no pé aí um pouco mais
609 fervorosamente para que as medidas contrapartidas sejam os suficientes para a
610 implantação correta.

611 **SR. PAULO PENALVA MANCINI:** Gente, eu concordo com todas as falas. E a
612 necessidade de um bom plano de uso, ocupação e recuperação é exatamente
613 isso, né? Um plano vai exatamente fazer o que Daniel previu, certo? A
614 recuperação do córrego da água quente não pode se dar sem a gente analisar
615 toda a bacia, não é? Porque senão você recupera o rio e, depois de alguns anos,
616 a bacia é mal ocupada e degrada tudo de novo, não é? Então, eu acho assim,
617 pode ser, obviamente, que exista área ali que é tão óbvia que possa ser ocupada
618 sem qualquer degradação que isso pode ser antecipado sem que todo o plano
619 seja feito. Mas eu acho que a gente, e quando eu digo a gente, eu digo a gente



620 mesmo, todos, principalmente, que aí tem o dever de fazê-lo, que é o poder
621 público, o executivo municipal, se debruçar para fazer o termo de referência
622 desse plano, que só o plano de referência e só se debruçar tecnicamente sobre
623 isso já vai clarear. Olha, isso daqui a gente já pode aproveitar, porque, olha, é
624 completamente claro, traz aqui a gente aprova e acabou. Mas é óbvio que existe
625 uma necessidade de a gente fazer um bom plano. Não, isso é desde antes de
626 ser feito, toda essa estupidez foi feita naquela região, não é? Então é isso, muito
627 agradecido.

628 **SR. ANDRÉ LUIS FIORENTINO:** Eu quero dizer que nós temos um Plano
629 Diretor. O que é um Plano Diretor? Um plano de ocupação. Nós estamos dizendo
630 que nosso plano de ocupação, que é um Plano Diretor, não vale nada, não é
631 bom, não foi bem feito. Primeiro nós temos que ter consciência de que nós temos
632 um Plano Diretor e faremos outro com a necessidade de atualização do Plano
633 Diretor. No segundo, nós temos a lei do EIV. A lei do EIV é uma lei muito
634 abrangente. É uma lei que não se limita, vamos dizer, simplesmente a cumprir
635 uma regra de ter uma informação sobre o meio ambiente no entorno. Ela é, de
636 fato, ela é detectora se existe, quando você não pode ver, a detecção de toda a
637 implantação, ocupação, o entorno. Terceiro, que na verdade, havia um plano até
638 de recuperação, porque a estação de tratamento de esgoto seria feita no final
639 aqui do córrego da água quente. Aí mudaram, acabaram mudando, levando-a lá
640 de baixo, e todos os planos que estavam lá de recuperação deixaram de ser
641 elaborados, porque não tinha mais estação, ou seja, de proteção. Inclusive, os
642 coletores e os emissários tinham passado. Então, eu acho que, de fato, não
643 existe o TAC, que o TAC tem que ser, de fato, resolvido, tem que ser observado.
644 Então, toda a parte crítica, mesmo, daqui, tem que ser analisada.



645 Olha, agora eu tenho que fazer um plano desse cantinho, depois eu vou fazer
646 um plano do outro cantinho, o plano do terceiro cantinho. Nós temos que fazer,
647 exatamente, valorizar o que nós temos, que é o nosso Plano Diretor. Se
648 precisamos corrigir, vamos corrigir no Plano Diretor, não no plano específico.

649 **SR. DANIEL GONÇALVES DA FONSECA (CRBIO)** : Só uma complementação,
650 por exemplo, eu acho que isso acaba burocratizando muito o processo, sendo
651 que algumas medidas mais práticas, por exemplo, hoje, se você quer fazer a
652 recuperação florestal de uma área e você não tem uma área para fazer isso, é
653 mais fácil você procurar um Município externo, projetos nascentes, outras formas
654 do que recuperar alguma área do Município. Sendo que a gente sabe que é uma
655 área sensível, que tem área disponível para recuperar. Eu acho que você vai
656 sobrepôr um plano em cima de outro plano, sendo que seria muito menos
657 burocrático, por exemplo, facilitar que essas áreas sejam divulgadas para
658 produtos de recuperação, que é uma coisa muito mais eficiente ambientalmente
659 para essa área. Fora que um plano dessa área de ocupação ia demorar uma
660 vida, todos os empreendimentos que estão passando por isso ficam esperando.
661 A gente esquece a demanda da Prefeitura. Eu percebo muitas vezes que a gente
662 está muito atrelado ao nosso tempo, e não ao tempo de um empreendimento
663 com uma aprovação. Se você for esperar uma aprovação, passar por uma
664 aprovação de um plano e tudo, é dez anos.

665 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR**: Só para
666 complementar a informação, eu falei para vocês de quatro processos. São
667 processos, só para nominá-los, é o Processo 18199/2017, o 16810/2017, o
668 16.250/2016 e o Processo 24.548/2019. Esses, todos, eles são anteriores à



669 colocação da necessidade do plano de ocupação. Justamente por isso, esses
670 quatro processos estão paralisados na secretaria, aguardando o plano de
671 ocupação. Para a gente trazer novamente essa discussão para o COMDEMA,
672 que foi o conselho que deliberou a época, para análise dessa situação.
673 Justamente essa é a questão.

674 **SR. RENNAN MECCA BONTEMPI:** Boa noite, pessoal. Eu queria comentar,
675 bem brevemente, acho que a gente está falando de uma questão de uma bacia
676 que eu tive a chance de estar recentemente em alguns pontos, conhecendo a
677 situação um pouco mais de perto. E destacar que, apesar de haver
678 planejamentos com o Plano Diretor e outros planos que discutem a realidade da
679 cidade, às vezes a gente precisa de um olhar mais detalhado e com mais cuidado
680 em algumas situações com maior fragilidade. Essa bacia do água quente, da
681 minha visão, é uma dessas situações em que a gente confronta muitas questões
682 ambientais complexas, tanto de ocupação anterior dessa região, que foi feita de
683 uma maneira não muito ordenada, ocupação das áreas altas, que geram uma
684 alta carga de drenagem, lá os problemas com a erosão, tanto por questão do
685 tipo do solo e tal. A questão do rio, que o rio tem uma capacidade de movimento
686 maior nessa região por diversos fatores geológicos e físicos e tal. As questões
687 sociais, do tipo de habitação que a gente tem ali, tem um ponto de ocupação
688 grande naquela região e a própria ocupação sendo levada por uma grande
689 erosão. Então, uma situação complexa social e ambiental muito forte. Então, eu
690 sou contrário a burocratização, complicar a situação, acho que em outras regiões
691 da cidade não precisaria de detalhamento de ocupação, mas essa,
692 especialmente, pela fragilidade de cidade ambiental, social, pela problemática,
693 liberar, acelerar a ocupação, a gente só vai trazer problema e em cima de



694 problema. Então, na minha visão, na opinião da APASC, que eu trago aqui, eu
695 imagino que seja mais interessante a gente ter um cuidado, porque a gente já
696 conhece a realidade que tem ali, ambiental e social, por todos os problemas de
697 sugerir que haja-se um olhar com maior cuidado através de um plano específico
698 e tentar acelerar para que não dure dez anos, que dure muito menos, dois, três,
699 quatro, cinco anos no máximo, para ter esse planejamento e já liberar a
700 ocupação e fazer essa maneira que não acarrete e some cada vez mais
701 problema em cima de problema, porque a gente já tem essa comunidade
702 vulnerável e tem que trabalhar para ser menos vulnerável e não mais vulnerável.
703 Obrigado.

704 **SR. PEDRO FERNANDO CABALLERO CAMPOS:** Boa noite. Eu só queria
705 complementar o que foi falado aqui, que acho que foi bem colocado por todos.
706 Eu só queria alertar que no ponto de vista de risco e Defesa Civil, a Bacia está
707 muito, muito vulnerável. Em 1982, quando eu cheguei em São Carlos, a gente
708 descia lá a serrinha e ia tomar banho lá e tinha gente que pescava. Em 1982.
709 Hoje nós tivemos uma aluna estagiária da UFSCAR e aquele primeiro trecho que
710 chega até à medida que corta o córrego naquela rotatória da integração, a gente
711 fez um estudo desse trecho que é onde tem a nascente, cerrado, tem bastante
712 animais passando, criam aquele impacto ambiental que depois quando vem a
713 chuva, que parece uma falésia, parece um retorno a Natal – Rio Grande do
714 Norte. Não tem mais vegetação, está assim, não sei se é arenito exatamente,
715 mas todo exposto e tem um pessoal que atravessa, usa para caminhar. Não
716 lembro se foi um ano ou dois anos atrás que a gente chegou ter incêndio lá,
717 naquele local, por enquanto não tivemos. A partir da integração, se vocês
718 andarem no córrego, vocês vão encontrar esgoto, já começa a ter cheiro, esgoto.



719 Tivemos o pessoal que está ocupando na lateral, margem esquerda, a gente
720 chegou a fazer uma intervenção e delimitarmos, porque eles estavam cada vez
721 chegando mais na margem, causando impacto também. E tivemos uma área
722 onde tem uma rua que não tem drenagem e a água descia, e se desenvolveu
723 uma voçoroca de 6, 7 metros de profundidade, acho que agora está coberta, mas
724 eu não vi drenagem sendo feita ainda nas ruas, está sem drenagem. Depois, se
725 você for andando por dentro, é aquela erosão lateral ampliando cada vez mais
726 as margens, tendo uma degradação, queda de material, etc. Especialmente com
727 essas chuvas de curta duração e de alta pluviometria, são as que mais
728 causam problemas. E aí depois chegamos lá, a não sei quantos metros da curva
729 da ferradura, o problema é extenso de alto impacto. E lembrando a vocês que o
730 ano passado, quando tivemos chuvas, que aquela avenida aqui desse que vai
731 para o Abdernur, etc, água passou por cima da ponte. Então é isso. Eu só queria
732 alertar dessa vulnerabilidade, independentemente do que for decidido.

733 **SR. LAERT RIGO JUNIOR:** Só completando. Pedro, de fato, é uma área muito
734 vulnerável. Todo mundo sabe. A questão é que a Prefeitura, vamos falar, vinte
735 anos, ela pouco fez. O SAAE pouco fez. Todo mundo sabe que existe esgoto
736 caindo. Ali na integração, na subida da Regith Arabe, normalmente o esgoto já
737 cai, no água quente. Vamos voltar lá na Serrinha. Pedro, você falou ali da região
738 da Serrinha. Ah, acho que dois anos atrás foi feito um trabalho na região da
739 Serrinha. Naquela grande voçoroca que desce, que eu acho que a gente chama
740 buraco do Mello, se não me engano. Tem uma estação elevatória do SAAE. E
741 isso foi apontado para que a Prefeitura tomasse algumas providencias. Também
742 que a Prefeitura, um exemplo simples, Pedro. Cortasse três ou quatro árvores
743 na Serrinha que indicam inclinação e risco. Então você vê a morosidade do poder



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

744 público. E aí nessa morosidade do poder público, nós não ocupamos a área em
745 áreas que são possíveis de serem ocupadas. Ninguém está falando de ocupar
746 áreas com declividade alta, porque o próprio Plano Diretor já impede. Então, eu
747 acho que a gente tem que fazer algo que é pensado. O que chega ali a áreas
748 possíveis de serem ocupadas. E esses empreendimentos, eles vão colaborar na
749 solução desse grande passivo ambiental que tem ali. Eu acho que a gente tem
750 que dar uma olhada para a Prefeitura. A gente só aponta, mas não temos
751 soluções. Então, a iniciativa privada, tem hora que ela vem a gente para nos
752 solucionar, para nos ajudar. O processo erosivo na cabeceira do água quente,
753 que é algo que a gente já tem conversando há anos. Quando é que é que vão
754 solucionar? Aquilo ali tem um gado espalhado, não tem manejo. Tem áreas
755 dentro da bacia, principalmente na margem direita do água quente, que não tem
756 manejo nenhum. Porque são áreas agrícolas, onde a Secretaria de Agricultura
757 deveria estar trabalhando, como a Secretaria Estadual de Agricultura, que é uma
758 zona urbana, mas com um uso rural. Então, nessa hora eu acho que a gente tem
759 que trabalhar junto. O que tem desses quatro projetos, querido Júnior, tem quatro
760 projetos parados na Prefeitura. Que a gente veja qual foi o parecer dessa, se
761 algum já passou por aqui, se já passou e vê. Existe o que? Que é ruim. Quando
762 ele atende, ele vai melhorar o funcionamento dessa bacia. Ele vai trazer, coisa
763 boa, vai. Atendendo a legislação, a legislação do plano de diretor, de áreas
764 verdes, de drenagens. Então, acho que isso é um ganho. O passado, de fato,
765 houve erros. Não houve erros só em São Carlos. E não houve só erros nessa
766 região. São Carlos, quando qualquer outra cidade, foi ocupada sem pensar em
767 drenagem. Por isso que a gente tem o que tem. Para que pensar em drenagem?
768 Não era o nosso outro mundo. Talvez o primeiro mundo mudou, porque com o



769 dinheiro, o sena apareceu, em Paris mas depois. Então, acho que é trazer esses
770 quatro projetos, que já estão realmente no que passou, o que é ruim. E a partir
771 daí, vamos começar a trabalhar assim nesse plano, nesse termo de referência.
772 Tem áreas ótimas ali para serem ocupadas e fazer este ambiente se tornar algo
773 positivo. Porque a legislação mudou, os olhos nossos são outros, o Ministério
774 Público está em cima. Ninguém é irresponsável de hoje aprovar uma ocupação
775 que não serve. Porque no passado, era muito simples fazer ocupação. Copia
776 três regrinhas ali e fazia qualquer loteamento. São Carlos deu uma sorte. Nós
777 não teremos áreas onde o loteamento, de fato, clandestinos. Quando eu participo
778 em São Paulo, do Conselho, converso com os meus colegas, em São Paulo. Lá
779 sim. Aí sabe o que é ocupação ilegal. São Carlos, a gente está em um caminho
780 positivo e vamos continuar dessa forma, fiscalizando. Então, minha opinião,
781 pegar esses quatro para a gente ver se dá para continuar caso contrário a gente
782 discute de outra forma.

783 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR** Mais alguém tem
784 alguma colocação para colocar para fazê-la?

785 **SR. PAULO PENALVA MANCINI:** Gente, eu quero fazer algumas
786 considerações. Mas depois eu quero propor uma proposta, vamos dizer, que
787 possa atender a todos nós. É óbvio que toda área a ser ocupada ela vai exigir
788 detalhamento. Então, um Plano Diretor é um Plano Diretor de toda cidade. A hora
789 que você vai ocupar uma área, depois você chega no detalhamento do projeto
790 executivo que é específico para aquele local. Eu acho assim, ninguém aqui tem
791 dúvida que todos os problemas que ocorrem da degradação que existe na área
792 é devido à forma errada que ela foi ocupada do ponto de vista ambiental. Se a



793 época existisse condições técnicas e políticas que nós temos hoje, ela não seria
794 ocupada desse jeito. Então, todo mundo também tem noção das inter-relações
795 entre todas as coisas que são de estado de problema ambiental. Por isso que o
796 plano procura integrar todos os elementos. Então, para mim, é muito óbvio a
797 necessidade do plano. Nós levamos de 2002 a 2005 para fazer o primeiro Plano
798 Diretor da cidade. A revisão, nós fizemos de 2015 a 2016. Numa área menor, a
799 gente pode fazer muito mais rápido. Se tivesse começado o plano, já estava
800 pronto. Agora, qual que é a proposta que eu acho que pode atender a todos nós?
801 Vamos examinar a bacia, chamar reuniões ade câmara técnica e definir alguns
802 critérios e identificar essa área que não tem o menor problema. Ali sim, definir
803 esses critérios, a gente pega os projetos que estão lá. Olha, esse daqui já tem
804 esses critérios, sabe, não tem problema, então vamos examinar ele
805 detalhadamente. Essa é a proposta que eu faço, muito agradecido.

806 **SRA RITA CRISTINA FERREIRA** - Eu só queria fazer uma complementação
807 aqui. Eu não conheço a região, porque eu estou há pouco tempo em São Carlos,
808 mas a discussão aqui era a respeito de se fazer um plano específico dessa área,
809 em cima, obviamente, do Plano Diretor existente. Ninguém estava falando de
810 mudar o Plano Diretor, mas de seguir a linha do Plano Diretor e que nessa região
811 tem uma demanda específica. Então, eu tendo a concordar com o Paulo e com
812 o outro colega que está aqui do lado, o Rennan, que eu não lembro o nome, que
813 a gente precisa se debruçar sobre isso. E as demandas do setor privado de
814 construção, eu acho que no atual estágio que a gente está de problemas
815 ambientais, a gente fala até de frear a produção como um todo, e eu entendo
816 que muitos vão falar assim, mas o que você vai fazer? Vai sustentar como? Tem
817 como sustentar. Não é o ponto de a gente discutir aqui, mas eu acho que a gente



818 precisa ir com mais cuidado a partir desse momento e não simplesmente adotar
819 medidas e ir acertando simultaneamente, porque essa situação é bem grave. Eu
820 fiz umas pesquisas aqui, então a região é realmente bastante degradada e
821 precisa de recuperação, então ela precisa de um plano específico e acho que a
822 gente precisa colocar isso meio na pauta de urgência para poder atender todas
823 as outras necessidades, inclusive do setor privado, na exploração urbana da
824 região.

825 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR** : Ok, eu acho que é
826 consenso que a área é uma área que necessita de uma atenção e que necessita
827 de ações de reparação, de recuperação. A questão que foi mais preponderante
828 agora, é a situação de que como foi consta nessa manifestação e constou numa
829 manifestação que foi emitida pela secretaria, assinada pelo secretário a época,
830 pelo diretor, que todos os empreendimentos ficariam paralisados até que se
831 fizesse um plano de ocupação da área. E aqui como dá para ver, no final e a
832 parte que está destacada, são os apontamentos para a elaboração do plano de
833 ocupação do solo da Bacia do Água-Quente para a próxima administração
834 Municipal. Então assim, isso causa um certo entrave para que os processos
835 tramitem. O que é certo, a necessidade de uma recuperação da área, isso não
836 tem a dúvida.

837 **SRA ANA PAULA** - Esses quatro projetos a gente pode nominar, é o Jardim
838 Vitória, Zanotta, a Varela e o Aclimação. Três já passaram o COMDEMA e é para
839 dar seguimento, entendeu? Zanota e a Varela, foi o COMDEMA ou no
840 COMDUSC? Foi o COMDEMA. Aí ele levantou o TAC, que o TAC falava até a



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

841 curva da ferradura. Então eu não sei que as pessoas estão dando seguimento
842 nos projetos, entendeu? Então eu acho que isso precisa ficar claro.

843 **SR. LAERT RIGO JUNIOR:** Ou busca-se os quatro projetos. O que de fato já
844 passou, como é que está encaminhado junto à secretaria. Eu acho que houve
845 uma evolução, ou seja, saneamento básico. Quais são as obrigações? Uso
846 ocupação do solo, não é? Você tem limitações, tá? Pelo Plano de Diretor. A
847 arborização, se já houve essa questão do verde, das áreas verdes, tá? A questão
848 da drenagem. Então acho que sim. Ele encaminhou nesse sentido da Prefeitura,
849 lá nas suas diretrizes, ele encaminhou. E esse conselho já até fez suas análises.
850 Acho que esse pode ser o caminhamento. E isso até segue, tá? Ou a gente vai
851 discutir alguma coisa aqui. Que for, de novo, que essa Prefeitura, ou até mesmo
852 esse conselho, por que não? Ele desenvolve o seu termo de referência para
853 aquela área. Esse Conselho sempre atua muito bem, como já fez uma ocasião
854 lá no Varjão, tá? O plano de ocupação do Varjão. E pelo que eu sei, e eu li, tem
855 algo aí que falou que foi aprovado por esse conselho. 2006, ou 2008. E eu tenho
856 uma manifestação positiva, que foi aprovado. Mas na Ata, na Ata, este conselho
857 fala que esse plano foi retirado de assunto. E sabe que o Ministério Público leva
858 isso como aprovado nesse conselho, um plano que nunca foi aprovado. Então,
859 vamos fazer o seguinte. Com a Prefeitura, ou esse conselho monte uma
860 comissão. E essa comissão elabora alguns índices, trabalhem com a Prefeitura.
861 E vão correr os novos empreendimentos. Esses quatro, de fato, eles causarem
862 impactos tão negativos na bacia. A gente rediscute. Mas se eles estiverem
863 somando. No saneamento, na drenagem, nas áreas verdes. Acho que isso
864 deveria ser assim. Para poder colaborar na melhora dessa bacia. Então, AEASC
865 pede por esse encaminhamento.



866 **SR. WALTER ALBERTO ALARCON MONZON** Eu acho que o projeto está
867 andando, mas eu estava falando recentemente. Quando eu cheguei com o
868 Júnior. Que a Prefeitura não fiscaliza nada. É aprovado no COMDUSC. É
869 aprovado na Secretaria de Meio Ambiente. Então, você fala de esgoto,
870 drenagem. Agora a drenagem está com SAAE Vamos ver qual que vai ser. Só
871 tem duas secretarias. A secretaria de trânsito fiscaliza. Ela prova e vai lá na obra
872 e vê o que está acontecendo. Agora, as demais secretarias, durante a
873 construção, não fiscalizam. Então, aprova as coisas. E aí? Sabe quando vai ver
874 como ficou o assunto? Quando vai dar uma Habite-se vai todo mundo lá. Agora,
875 por exemplo. Quando eu cheguei com o prédio. Estou fazendo para liberar o
876 prédio da MRV. Está passando pela secretaria. Mas, durante a construção, a
877 Prefeitura não fiscaliza. Então, isso é grave. Ela aprova, mas ninguém
878 acompanha durante a construção. E o empreendedor, muitas vezes, faz aquilo
879 que ele quer. Aconteceu comigo na obra da MRV. Eu fui ver que a hora da
880 drenagem não estava sendo feita de acordo com o projeto. Liguei para a
881 secretaria de obras. Falaram que... Ah, não tem um fiscal. Vou pedir para ele
882 fazer um outro projeto. Ele fez o projeto? Não fez nada. Como ficou embaixo da
883 terra, ninguém viu nada. Mas eu acompanhei. Então, viu lá. É grave isso. A
884 Prefeitura não fiscaliza nada durante as obras.

885 **SR. LEONARDO LAZARO SILVA** Quando são aprovados os projetos. Hoje não
886 é mais secretaria de obras, hoje é com SAAE. Mas, de fato, a gente não fiscaliza
887 empreendimento particular. A gente fiscaliza obras públicas. E, do momento da
888 vistoria final, se não atende o que foi especificado no projeto. Aí, sim, é feito uma
889 análise. Veja se algum empreendedor tem que apresentar As-bulit, claro. Ver se
890 aquilo atende o escopo. Não atendendo, não é emitido a aprovação. E é ali...



891 Exato. Então, ali é o problema que vai para o empreendedor. Só queria
892 esclarecer isso. De fato, nós não fiscalizamos empreendimentos particulares.
893 Mas é sempre feita a vistoria final. Tem sempre alguém nomeado para esse tipo
894 de ofício. Só queria fazer essa colocação.

895 **SR ANDRÉ LUIS FIORENTINO** - Olha, é a mesma colocação que pode ser feita.
896 Qual é o objetivo de um órgão público, uma Prefeitura? Ele tem a obrigação de
897 receber a proposta de serviço que, eventualmente, alguém deseja executar.
898 Analisar se ela atende e ela pode ser executada, pode ser realizada. E, se, por
899 colocar, aprova-se quem é o responsável durante toda a execução da obra. Não
900 é a Prefeitura. O responsável durante toda a execução da obra é o profissional
901 que está ali. O responsável que apresentou e que disse que ia colocar. A
902 segunda exatamente isso. Quando é que a Prefeitura volta ao órgão público?
903 Tem a obrigação de voltar. É quando esse empreendedor, esse empreendedor
904 profissional diz que a obra está concluída e que precisa ser o receber. Então,
905 não estou entendendo o que é tanta crítica a Prefeitura. Como que a Prefeitura
906 não fiscaliza? Eu pertenço à Prefeitura. E eu vejo exatamente a fiscalização, sim.
907 A fiscalização completa. Não é nem uma fiscalização displicente, mas
908 fiscalização. É uma fiscalização completa. Então, eu acho que não é o caminho
909 aqui de decidir. Nós aqui queremos discutir o seguinte: Existem quatro projetos
910 que já foram aqui apresentados, discutidos, avaliados por câmeras técnicas, não
911 só por um conselho, por dois conselhos. Agora, eles têm que prosseguir? Lógico
912 que eles têm que prosseguir. É lógico que eles têm que prosseguir. Querem
913 outros processos para modificar? Façam isso. Agora, projetos que já teve
914 aprovação dos conselhos não ficam preparados para que aguardem uma nova
915 análise da Prefeitura de forma alguma.



916 **SR RENNAN MECCA BONTEMPI** - Na verdade, é só uma dúvida, porque para
917 mim completou algumas informações. Eu quero entender a consequência dos
918 encaminhamentos que estamos trazendo aqui. Porque quando eu li a ata, eu
919 entendi que o Tundisi estava reportando ao promotor essa questão do plano. Aí
920 parecia que iria travar esses processos, mas ao mesmo tempo estão falando que
921 não está travando os processos. Então, eu acho que tem que ficar claro isso
922 primeiro, se o plano está de fato, se o conselho vai deliberar por ter um plano,
923 vai travar ou não os processos. Acho que essa é a primeira dúvida. E se isso
924 acontecer, acho que a gente consegue discutir melhor se vai ou não ter essa
925 demanda. Bom, é isso!

926 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR:** Só para responder,
927 não está abrindo justamente o arquivo, que foi uma manifestação que a
928 Secretaria do Meio Ambiente emitiu no final do ano 2022, dizendo que todos os
929 processos seriam paralisados até que fosse feito o plano de ocupação da área.
930 Então, foi justamente essa a manifestação que a gente não está conseguindo,
931 mas ela está enviada para vocês. Não sei se ela não abre, não estamos
932 conseguindo reproduzi-la, mas é uma manifestação da Secretaria em que consta
933 esse *“Posicionamento técnico e encaminhamento é esse. Tendo em vista o*
934 *histórico de ocupação com irregularidades dos impactos socioambientais*
935 *acumulados e os recorrentes danos ao meio ambiente, em consonância com a*
936 *decisão do COMDEMA, faz-se necessário, além de urgente, a execução de*
937 *estudos socioambientais, integrando os conceitos de ecologia, sociologia,*
938 *hidrologia, ecohidrologia, geologia e biologia, com objetivos de indicar qual é a*
939 *capacidade, suporte atual de toda a área. E com isso estabelecer as diretrizes*
940 *de ocupação por meio de um plano de ocupação do solo, da bacia, do água*



941 *quente, além de contribuir para o cumprimento de obrigações da Prefeitura*
942 *Municipal de São Carlos prevista no TAC assinado junto ao Ministério Público.*
943 *Tal plano deverá ser aprovado pelo COMDEMA anteriormente a aprovação do*
944 *projeto de ocupação da área. Essa é de 27 de dezembro de 2022". A pauta foi*
945 *justamente essa, essa deliberação em necessidade ou não do plano de*
946 *ocupação para a área, para a sequência do processo. Então a pauta é essa. Se*
947 *é necessário o plano de ocupação ou não, diante da manifestação da Secretaria*
948 *do Meio Ambiente. Então é essa a situação.*

949 **SR. PAULO PENALVA MANCINI** - Eu acho que aqui ninguém tem dúvida que
950 um bom plano é bom. Seria bom, é útil, necessário e bom. Elas todos concordam.
951 Só a dúvida que eu acho legítima, a defesa dos interesses, é que eles se querem
952 fazer o uso econômico numa área que eles têm. Essa é a minha proposta
953 primeiro assim. Gente, vamos dar continuidade a esse plano. Se querem
954 prosseguir com a análise dos projetos da implantação e tal e derrubar a
955 determinação que o professor Tundisi fez, tudo bem. Mas o tempo é necessário.
956 Óbvio que o investimento econômico pode ajudar a recuperar o ambiente. Esses
957 maus investimentos foram destruídos. E nós tivemos inúmeros loteamentos
958 clandestinos em São Carlos, que foram regularizados. Por isso não são mais
959 clandestinos, mas nós temos hoje umas quatro ocupações regulares devido à
960 carência, à pobreza, à miséria, que voltou. Mas foram regularizados. Inclusive a
961 Cidade Araci, que foi um empreendimento aprovado regularmente, mas
962 implantado de forma toda errada e que teve que ser feita toda uma regularização.
963 Então, o que eu proponho é isso. Ou melhor, o que nós mais temos necessidade
964 é de um bom plano de ocupação. Esses quatro aí, se entendem que eles têm
965 direito porque já entraram na coisa, tudo bem, vamos analisar. Agora, a gente,



966 pra analisar eles, a gente tem que ter critérios de ocupação. E os critérios não
967 podem ser tão gerais assim. Tem que ver exatamente a área que eles querem
968 ocupar.

969 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR** - Gente, acho que
970 pra gente dar um encaminhamento, a situação é a seguinte. Esses processos
971 que já passaram pelo COMDUSC, pelo COMDEMA e que depois foram
972 alcançados por essa deliberação, seria nesse sentido. Os processos que já
973 tramitados passaram pelos conselhos já são anteriores à determinação, a
974 necessidade de ficar aguardando a elaboração do plano de uso e ocupação? Ou
975 eles podem seguir e dar para os novos empreendimentos buscar-se-á um plano
976 de ocupação. A gente pode pensar uma deliberação nesse sentido. A
977 necessidade do plano de ocupação para os empreendimentos anteriores a essa
978 manifestação ambiental, porque é uma manifestação que surge não decorrente
979 de uma lei, de um consenso entre a Secretaria e o Conselho. Só lembrando isso.

980 **SR JULIANO COSTA GONÇALVES** - Eu só queria entender um pouquinho a
981 questão do TAC. É citado que nós conhecemos o teor desse TAC que está sendo
982 feito com o promotor, e me parece que houve um acordo com o promotor pra
983 você parar os processos, etc. Nós temos conhecimento do que está sendo
984 acordado ou o que foi acordado com o Promotor.

985 **SR. LAERT RIGO JUNIOR** - Em relação ao TAC, você pode muito bem deixar
986 na sua secretaria ou aqui no jurídico. O TAC, em nenhum momento, impede a
987 ocupação da bacia. Em alguns itens, em alguns meses, é o saneamento. E é de
988 um trecho do água-quente. É um trecho de saneamento. Em nenhum momento
989 ele fala que não pode mais ocupar. Porque ele foi feito muito antes. O foi na



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

990 administração, acho, um ou dois de um candidato, Paulo Mancini. Acho que ele
991 até era o coordenador do meio ambiente. Não existe isso daí. E lá tem já
992 apontando o que precisa. O que precisa ser feito isso. E foi feito. A Prefeitura
993 tomou uma multa de mais de mais de um milhão de reais na época do Tundisi e
994 depois de uma boa conversa entre Prefeitura e Ministério Público, o Ministério
995 Público recua. Estou lembrando isso pelas conversas que eu ouvi. E o Ministério
996 Público fala, comece a colocar no seu ano, por ano, o que você tem que fazer.
997 Uma das coisas foi sobre a drenagem. Existia um projeto feito, se não me
998 engano, inicialmente, pelo Silva Leme. O Paulo Mancini deve lembrar muito bem
999 disso. Ele coordenava e conversava muito com esse colega. Era um projeto
1000 enorme, muito bonito, que de natural não tinha quase nada. Uma boa parte dele
1001 era todinho com canalização. E o professor Tundisi, a ideia era fazer o mais
1002 natural possível. E o Ministério Público pediu, é tão bom para se contar. Mas que
1003 esse dinheiro seja colocado, a partir de agora, em projetos em obras no água
1004 quente. Se a gente recuperar isso, acho que isso é encaminhamento à
1005 secretária. Que ela dá muito dinheiro. Isso aí é um fundo que o Ministério Público
1006 tem, que atualmente a gente até tem visto que o Ministério Público tem pensado.
1007 Em vez de ir para esse fundo, ele deve exigir que a Prefeitura coloque no
1008 Município. Porque quando ela vai para esse fundo, é um fundo estadual. A gente
1009 nem sabe para onde vai esse dinheiro, até a gente não ver. Então, é isso que eu
1010 lembro não ter algo específico que impedir.

1011 **SR. PAULO PENALVA MANCINI** - Aproveitando a contribuição que o Laerte
1012 está dando, eu acho que era importante a gente estar consultando a
1013 Procuradoria Jurídica, porque o que eu estava pensando era exatamente isso.
1014 Porque eu lembrei dessa luta que o Laerte citou, e pode ser que fez parte desse



1015 parecer do Tundisi, e fez parte dessa negociação com o Ministério Público, de
1016 reverter essa multa que foi aplicada, uma luta muito alta mesmo. Então, acho
1017 que seria conveniente estar conversando, porque a Prefeitura sabe como é que
1018 é. Às vezes ela tem que tomar alguma atitude para impedir males maiores.
1019 Então, pode ser que faça parte disso. Seria muito interessante consultar. Agora,
1020 eu insisto aqui, gente, vamos tocar a necessidade de fazer esse plano. Eu insisto
1021 que deve ser das duas bacias. Para a gente acelerar o processo de investimento
1022 econômico na área.

1023 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR** Bom, gente, vamos
1024 lá. Vocês, vamos deliberar sobre a necessidade do plano ou não. E aí, a gente
1025 assume a atribuição na Secretaria, pela Secretaria, de buscar junto ao TAC se
1026 houve alguma negociação do Ministério Público para que fosse usado o recurso
1027 dessa multa nas obras de recuperação. Porque aí seria uma obrigação que o
1028 Município assumiu e a gente não pode desfazer, né? A não ser que haja uma
1029 tratativa com o Ministério Público, tá? Ok, podemos fazer caminhamento nesse
1030 sentido. Então, há a necessidade do plano, quem não concorda com isso? Todos
1031 concordam! Então, todo mundo concorda que há necessidade do plano e que
1032 esse plano pode ser feito em conjunto com a revisão do Plano Diretor! E que,
1033 então, esse plano não seja impeditivo para que os processos continuem sendo
1034 analisados, isso? Os projetos já passaram pelo COMDEMA, Rita. Os projetos
1035 também estão disponíveis lá na Secretaria, tá? Ah não, sobre eles não, eles já
1036 passaram, né? Agora, tem projetos que vão voltar para cá, tá? Eles vão passar
1037 pelo GRAPROHAB e eles fazem toda a etapa de estadual e voltam para cá.
1038 Então você vai ter uma outra oportunidade, sim. Eles estavam atrelados à



1039 aprovação, né? Aprovação final, tá? Esse plano vai ser analisado juntamente
1040 com a revisão do Plano Diretor e que os processos sigam a tramitação normal.

1041 **SRA ANA PAULA** – Eu só queria fazer um comentário. Que um desses projetos
1042 que está sendo discutido, nós já estamos com o certificado, com autorização
1043 para a supressão de vegetação, com tudo regularizado. O projeto de 270 famílias
1044 e uma das condicionantes é ele voltar para o COMDEMA? Aí, assim, fica uma
1045 coisa meio incoerente, porque essa área tem um TAC com promotor, que ela tem
1046 que ser loteada. Você entendeu como a gente fica numa total incoerência, né?
1047 O promotor quer que loteia. O COMDEMA diz que aí não pode lotear. Então,
1048 assim, vai ser uma coisa do promotor com as 270 famílias e com a Prefeitura,
1049 né? E esse processo ele tem que retornar ao COMDEMA. Está escrito na
1050 exigência da CETESB. Porque a gente, em momento algum, a gente deixa
1051 aquele processo, Paulo, que na discussão do COMDEMA é uma questão da
1052 vegetação. Ficou acordado, a gente entrou. Não existe parecer técnico para o
1053 empreendimento. Tem que entrar com o processo de aprovação. E o processo
1054 foi aprovado.

1055 **SR. PAULO PENALVA MANCINI** - Não tem a ver com o encaminhamento. Pelo
1056 menos do jeito que eu estou propondo. Não. O encaminhamento que eu estou
1057 propondo, primeiro. Tenho a necessidade de um plano de uso e ocupação do
1058 solo das Bacias. Eu gostaria que fosse incluído a bacia do Água Fria. Eu acho
1059 que é consenso que todos temos. Aí essa é outra parte que é o que te interessa.
1060 Os processos que já estão analisados, eles devem ser paralisados enquanto o
1061 plano de uso e ocupação não for aprovado? Sim ou não? Divido os dois
1062 caminhos. É isso.



1063 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR** - Tudo bem?

1064 Podemos seguir nesse sentido? Sim? Então, vamos lá. Só retomando para a

1065 gente ter isso documentado em ATA. O água fria eu acho que é uma discussão

1066 maior. A gente poderia, Paulo, fazer um outro momento. Não foi em pauta incluir

1067 ele do nada. Então, há necessidade do plano de ocupação para a bacia da água

1068 quente a ser revisado junto com o Plano Diretor. Alguém é contrário a isso? Não?

1069 Então, aprovado unanimidade! Os processos que estão já formalizados na

1070 secretaria, eles poderão seguir a sua aprovação normal independentemente

1071 desse plano. Alguém é contrário a essa? A Rita. A Rita é contrária, o Paulo

1072 Mancini contrário, o Renan contrário, Walter contrário, Quatro votos contra.

1073 Alguém mais? Alguém mais é contra? Não? Então, foram quatro votos

1074 contrários, o Robson está com a lista para a quantidade dos votos favoráveis.

1075 **SR GUSTAVO BRAGA:** É que o empreendimento, ele tem que passar aqui para

1076 o COMDEMA, tem que ver toda a partida, de contrapartida, tudo que o

1077 representante. Então, na minha opinião, não faz sentido a gente travar também

1078 novos empreendimentos sendo que eles têm que passar pelo COMDEMA, para

1079 ver todo ele, de contrapartida, compensação ambiental e tudo mais. Eu acho que

1080 é interessante a gente também fazer a deliberação nisso, de novos

1081 empreendimentos serem passados aqui pelo COMDEMA, não serem tratados

1082 até o plano estar pronto.

1083 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR** - A gente tem um

1084 novo empreendimento, é um pedido de uso e ocupação do solo, e que precisa

1085 de uma manifestação prévia para ir para o GRAPROHAB, por exemplo. Eu acho

1086 que essa manifestação prévia, ela poderia ser analisada, até porque tem uma



1087 etapa estadual, uma etapa longa ainda. E durante esse período, ser elaborado
1088 esse Termo de Referência do plano de ocupação, e aí chegarmos ao plano.
1089 Podemos ser até, se precisarmos aproveitar, colocar em deliberação, essa
1090 questão dos novos empreendimentos, tramitem até o estágio final de
1091 aprovação. E aí ficar vinculado o estágio final, a aprovação final, à questão do
1092 plano de ocupação. A gente entra numa questão mais jurídica, porque quando o
1093 Plano de Diretor exige o plano de ocupação numa coisa, agora quando nós não
1094 temos uma lei exigindo, a gente fica numa celeuma de possibilidades. Não sei
1095 se a gente deixa esse encaminhamento para essa discussão dos novos
1096 empreendimentos numa outra situação, num outro momento, para a gente
1097 amadurecer essa ideia. Como já está avançado a questão do horário, vamos
1098 deixar essa discussão dos novos empreendimentos, a gente marca depois uma
1099 outra reunião, amadurece um pouco essa situação, discute, e aí a gente dá
1100 esses dois encaminhamentos em relação ao que já existe na secretaria.

1101 **MANIFESTAÇÃO SOBRE APRESENTAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE USINA**
1102 **FOTOVOLTAICA, PROCESSO MUNICIPAL 27407/2022**

1103 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR** - O último ponto da
1104 pauta, agora é uma coisa rápida, existe uma usina fotovoltaica que pediu uma
1105 manifestação ambiental para a instalação. Os técnicos da secretaria não veem
1106 problema algum, mas também gostariam de uma opinião do COMDEMA. O
1107 COMDEMA entende que tem alguma restrição, ou se tem algum impacto na
1108 questão ambiental da instalação de uma usina fotovoltaica. Era mais para
1109 conhecimento e ver se algum conselheiro tem alguma colocação para fazer, para
1110 sugerir, inclusive, no Processo.



1111 **SR. PAULO PENALVA MANCINI** - Olha, eu acho que é uma notícia alvissareira,
1112 muito positiva na instalação de uma usina fotovoltaica, mas eu acho óbvio
1113 também que pode ter impacto ambiental. Eu acho que uma apresentação
1114 poderia ser boa para a gente aprender um pouco e talvez para a gente dar boas
1115 contribuições para o empreendedor. Mas eu, assim, saúdo essa iniciativa.

1116 **SRA RITA CRISTINA FERREIRA** - Eu tenho uma dúvida aqui bastante
1117 importante, porque é que fala que esse empreendimento exige alteração prévia
1118 do uso do solo de rural para urbano. Então, assim, eu acho que tem algumas
1119 questões que estão colocadas aqui, que não é assim, o impacto aparentemente
1120 é baixo mesmo, mas que precisam ser feitas essas alterações e tem que avaliar
1121 as diferenças. O projeto executivo básico não corresponde ao levantamento do
1122 planialtimétrico. Então, tem uns pequenos problemas assim que ao ser
1123 aprovado, inclusive pegando o que foi observado ao longo da discussão da
1124 habitação, que não há fiscalização da execução, obviamente, não tem mesmo,
1125 mas com essas diferenças todas, como é que vão ser dados? São mais dúvidas,
1126 assim, da condução. Obrigada.

1127 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR** - Essas são
1128 anotações de ajustes básicos, às vezes, do plano de planialtimétrico, não
1129 corresponde à legenda, mas a gente pode então colocar numa próxima pauta
1130 que ele seja apresentado aqui para o COMDEMA, para que o COMDEMA possa
1131 avaliar o empreendimento, ok? Eu até conversei com a Jéssica, quando a
1132 Jéssica entrou para encaminhar para o COMDEMA, era para ver se existia
1133 alguma possibilidade de alguma atividade nociva ao meio ambiente. Tá, aí só
1134 então, tem esse despacho final do Nivaldo da Habitação dizendo que via de regra



1135 se situam fora da área urbana e não constituem agressão ao meio ambiente,
1136 podendo inclusive ter outras atividades consorciadas como uma função agrícola
1137 da propriedade.

1138 **SR. WALTER ALBERTO ALARCON MONZON** - Bom, eu sou engenheiro
1139 eletricitista, né? E sou suspeito do que eu vou dizer, mas não existe impacto
1140 nenhum. Hoje quantas casas, edifícios, farmácia que têm esse tipo de instalação,
1141 né? A única coisa é onde que vai instalar porque normalmente se instala nos
1142 telhados, nos estacionamentos, né? Pelo visto parece que isso aí vai ser feito
1143 instalado a nível de terra ali embaixo, né? O impacto é zero, agora tem que
1144 avaliar que tipo de solo que vai ser. Mas mesmo qualquer solo que seja, ele não
1145 gera nenhum impacto, nada que venha. Ele pega a energia do sol e transforma
1146 a energia, tem que cercar a área para que você tenha uma certa segurança. Mas
1147 impacto ambiental, zero.

1148 **SR. PAULO PENALVA MANCINI** Olha. Gente, todo mundo sabe, quando a
1149 gente fala em impacto, pode ser negativo, pode ser positivo. Portanto, não deve
1150 ser zero. Deve ser mais cinco, mais dez, né? E a outra questão essencial é
1151 assim, né? Eu sei que é difícil para a gente pensar, porque a gente foi educado
1152 a pensar em caixinhas, então tem a caixinha da habitação, tem a caixinha da
1153 agricultura, tem a caixinha da assistência social, né? Meio ambiente é
1154 essencialmente transversal, não é? Então, nós temos que analisar todos os
1155 aspectos, né? Eu acho que muita gente já ouviu falar em poluição
1156 eletromagnética, muita gente já ouviu falar em poluição luminosa, principalmente
1157 em cidades que têm os apreciadores das estrelas, dos céus, não é? Então, veja
1158 bem, pedir para eles fazerem uma apresentação é para nos presentear com



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

1159 conhecimento, né? E, eventualmente, a gente contribui com eles e vê que,
1160 portanto, pode acontecer. Então é isso, a gente tem que agradecer.

1161 **SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR** - Eu acho que a
1162 gente pode encaminhar no sentido que não há óbice e solicitar para que eles
1163 venham apresentar para a gente com contribuição, né? Eu acho que o melhor
1164 caminho diante das falas seria nesse caminho, fazer esse caminho, então, se
1165 todos, vou colocar em votação, né? Não há óbice ao empreendimento, mas o
1166 COMDEMA solicita que eles façam uma apresentação do projeto para os
1167 conselheiros. Alguém é contrário? Alguém não concorda com essa deliberação?
1168 Não? Então, aprovados. Pessoal, boa noite, obrigado.



COMDEMA SC
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos

PARECER COMDEMA N°10/2024

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos - SP, em sua 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2024, iniciada às 18 horas e 15 minutos, no Auditório do Paço Municipal, Rua Episcopal, nº 1575, no uso de suas atribuições legais contidas no Regimento Interno do COMDEMA-SC, manifesta-se sobre: a supressão de 0,86 ha de vegetação nativa para fins de expansão de lavra, referente ao Processo Municipal 12181/2023, tendo como requerente João Carlos Migliato.

PARECER

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de São Carlos – COMDEMA analisou a solicitação, assim como os documentos apresentados e se manifestou **FAVORÁVEL** a supressão de 0,86 ha de vegetação nativa para fins de expansão de lavra, referente ao Processo Municipal 12181/2023, sem apresentação de condicionantes.


Deliberado em 22 de agosto de 2024

Votos favoráveis: 20 (vinte)

Votos contrários: 00 (zero)

Abstenções: 00 (zero)

São Carlos, 23 de agosto de 2024.


José Wamberto Zanquim Junior
Coordenador do COMDEMA



COMDEMA SC
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos

PARECER COMDEMA N°11/2024

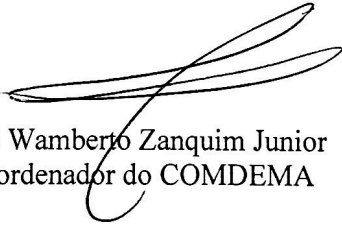
O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos - SP, em sua 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2024, iniciada às 18 horas e 15 minutos, no Auditório do Paço Municipal, Rua Episcopal, nº 1575, no uso de suas atribuições legais contidas no Regimento Interno do COMDEMA-SC, manifesta-se sobre: a continuidade de avaliação dos Processos Municipais 18199/2017, 16810/2017, 16250/2016 e 24548/2019 sem a necessidade de elaboração do Plano de Ocupação da Bacia do Água Quente.

PARECER

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de São Carlos – COMDEMA analisou a solicitação, assim como os documentos apresentados e se manifestou **FAVORÁVEL** a continuidade de avaliação dos Processos Municipais 18199/2017, 16810/2017, 16250/2016 e 24548/2019 sem a necessidade de elaboração do Plano de Ocupação da Bacia do Água Quente

Deliberado em 22 de agosto de 2024
Votos favoráveis: 16 (dezesseis)
Votos contrários: 04 (quatro)
Abstenções: 00 (zero)

São Carlos, 23 de agosto de 2024.


José Wamberto Zanquim Junior
Coordenador do COMDEMA



COMDEMA SC
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos

PARECER COMDEMA Nº13/2024

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos - SP, em sua 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2024, iniciada às 18 horas e 15 minutos, no Auditório do Paço Municipal, Rua Episcopal, nº 1575, no uso de suas atribuições legais contidas no Regimento Interno do COMDEMA-SC, manifesta-se sobre: a implantação de Usina Fotovoltaica, referente ao Processo Municipal 27407/2022.

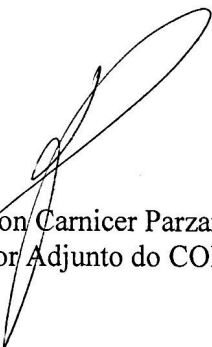
PARECER

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de São Carlos – COMDEMA analisou a solicitação, assim como os documentos apresentados e se manifestou **FAVORÁVEL** a implantação de Usina Fotovoltaica, referente ao Processo Municipal 27407/2022.

O COMDEMA solicita que após a obtenção da licença ambiental no âmbito estadual seja, previamente à implantação do empreendimento, realizada a apresentação do Projeto Executivo ao referido Conselho.

Deliberado em 22 de agosto de 2024
Votos favoráveis: 20 (vinte)
Votos contrários: 00 (zero)
Abstenções: 00 (zero)

São Carlos, 02 de setembro de 2024.


Robson Carnicer Parzanes
Coordenador Adjunto do COMDEMA

Robson Parzanes
Secretário Adjunto
SMMA



Prefeitura Municipal de São Carlos
São Carlos, Capital da Tecnologia
Secretaria Municipal de Meio ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA
Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

Lista de Presença da 6ª Reunião Extraordinária do COMDEMA, realizada em 22/08/2024, no Auditório do Paço Municipal, Rua Episcopal, 1575 às 18horas		
		Assinatura
SMMADS		
Coordenador	José Wamberto Zanquim Junior	
Suplente	Gustavo Pedrino Braga	
Coord. Adjunto	Robson Carnicer Parzanes	
SMHDU		
Titular	André Luis Fiorentino	
Suplente	Fernando Souza Soares	
SMS		
Titular	Vanderlei Gomes Gimenes	
Suplente	Rosely Aparecida Monte Victuri	
SMOP		
Titular	Leonardo Lazaro Silva	
Suplente	Artur Moreira Cotrin	
SMSP		
Titular	Talita Ferrarini	
Suplente	Everaldo Ferreira Cruz	
SMAA		
Titular	Rebecca Greco Barbosa	
Suplente	Rayani Mariana Alves Soprano	
SME		
Titular	Ozana Aline Barbosa	
Suplente	Silmara Sierra	
Defesa Civil		
Titular	Pedro Fernando Caballero Campos	
Suplente	Rosni Augusto Vendrasco	
SAAE		
Titular	Evertton Gianlorenço	
Suplente	Fabiano Augusto Rizzo Couto	
SMTT		
Titular	Adilson Luis De Vitta	
Suplente	Sebastião Carlos Batista	



Prefeitura Municipal de São Carlos

São Carlos, Capital da Tecnologia
Secretaria Municipal de Meio ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do
Meio Ambiente

PROHAB		
Titular	Anselmo José de Oliveira Campos	
Suplente	Renata Deroide Simão Bertolino	
EMBRAPA		
Titular	Victor Bertucci Neto	
Suplente	Sandra Aparecida Santos	
USP		
Titular	Guilherme Henrique Duarte de Oliveira	AUSENTE
Suplente	Eny Maria Vieira	
UFSCar		
Titular	Juliano Costa Gonçalves	
Suplente	Roberta Sanches	
Representantes das Entidades ambientalistas		
Titular:	Rhennan Mecca Bontempi	
Suplente:	Milena Sciascio Ghidini	
Titular:	Paulo Penalva Mancini	
Suplente:	Lea Chapaval Andri	
Representantes das Associações de Moradores de Bairro:		
Titular	Rita Cristina Ferreira	
Suplente	Eduardo Araújo Silva	
Titular	Érico Masiero	
Suplente	Rafael Pereira Alexandre	
OAB		
Titular	Elen Pessoa de Queiroz Ribeiro	AUSENTE
Suplente	Karina Granado	
AEASC		
Titular	Laert Rigo Junior	
Suplente	Caio Graco Hortenzi Vilela Braga	
CRBio		
Titular	Daniel Gonçalves da Fonseca	
Suplente	Natália Andricioli Periotto	
APA – Corumbataí e Piracicaba		
Titular:	Sonia Maria Couto Buck	
Suplente:	Walter Alberto Alarcon Monzon	